



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
30/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
30/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 11/12/2014, COM A EPÍGRAFE “RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014 COM O TÍTULO: “APRECIAÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 3º TRIMESTRE DO ANO 2014, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”, E TOMADA DE NOVA DELIBERAÇÃO**
2. **TRANSPORTES ESCOLARES E NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS PARA O ANO DE 2015. ADJUDICAÇÃO.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1 - REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 11/12/2014, COM A
EPÍGRAFE “RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 28
DE NOVEMBRO DE 2014 COM O TÍTULO: “APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS
APRESENTADAS NO 3.º TRIMESTRE DO ANO 2014, RELATIVAS AO INCENTIVO À
NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”, E TOMADA
DE NOVA DELIBERAÇÃO**

1110 - A 11 de dezembro de 2014, foi deliberado em reunião de Câmara a retificação da deliberação tomada em reunião de câmara de 28 de novembro de 2014 com o título: *“Apreciação das candidaturas apresentadas no 3.º trimestre do ano de 2014, relativas ao incentivo à natalidade e apoio à família no concelho da Marinha Grande”*.

Considerando que a câmara municipal deliberou retificar a incorreção existente em deliberação tomada em reunião de câmara de 28 de novembro de 2014, com efeitos retroativos àquela data.

Considerando que essa deliberação não poderia produzir efeitos retroativos, uma vez que isso constituía a assunção de um compromisso financeiro, que à data não se encontrava previamente cabimentado, de acordo com os preceitos legais;

Considerando que a Câmara tomou assim uma deliberação ilegal;

Considerando que os atos administrativos podem ser revogados por iniciativa do órgão competente, de acordo com o artigo 138.º, do Código do Procedimento Administrativo;

Considerando que o referido ato administrativo poderá ser por esta revogado, com fundamento na sua invalidade, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 141.º, n.º1 do artigo 142.º e n.º 1 do artigo 143.º, todos do Código do Procedimento Administrativo;

A Câmara Municipal delibera assim revogar aquele ato administrativo, nos termos do disposto nos artigos e código referidos nos antecedentes parágrafos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

1111 - A Câmara voltou a apreciar o assunto, uma vez que foram já cumpridos todos os procedimentos legais.

A 28 de novembro de 2014, foi deliberado em reunião de Câmara a atribuição dos respetivos apoios financeiros aos candidatos que requereram o incentivo à natalidade, durante o 3.º trimestre de 2014;

Considerando que para a candidatura em nome de Luís Miguel Freitas da Silva, com o registo de entrada nº 7016, foi deliberado a atribuição de um apoio no valor de 250,00€;

Considerando que com base nos rendimentos apresentados o valor efetivamente correto seria de 1.000,00€;

Considerando que da reapreciação do processo resulta uma diferença de 750,00€ em prejuízo para o requerente, devendo para o efeito ser efetuado um aditamento desse valor.

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, proceder ao aditamento do pagamento do incentivo ao seguinte requerente:

N.º	Nome do Requerente	NIF	Estimativa de Pagamento 2014	Estimativa de Pagamento 2015
17	Luís Miguel de Freitas da Silva	190094648	375,00	375,00

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - TRANSPORTES ESCOLARES E NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS PARA O ANO DE 2015. ADJUDICAÇÃO.

Para esclarecer as dúvidas suscitadas pelos Srs. Vereadores, esteve presente a Administradora da TUMG, Dr.ª Fátima Cardoso.

O **Sr. Vereador António Santos** perguntou se foram escrupulosamente cumpridos os art.ºs 34.º e 36.º da Lei 50 e qual a razão da divergência de preços entre os autocarros de 18 e 55 lugares.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou porque é que este assunto está a ser tratado quase no final do ano, e de quem é a responsabilidade. Como o assunto está a ser tratado à pressa não lhe permite fazer as sugestões que gostaria.

O **Sr. Presidente** informou que a lei foi cumprida, que a responsabilidade no atraso da decisão não é da TUMG, e que vai lutar para melhorar e para que no próximo ano a situação não se repita.

Seguidamente o **Sr. Vereador Carlos Logrado** suscitou esclarecimentos sobre o facto de ter sido considerado como preço de mercado o preço médio.

A **Administradora da TUMG** esclareceu o cálculo do preço, referindo que a TUMG apresenta um preço inferior ao preço médio.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** discordou, uma vez que entende que tecnicamente deveriam ser comparadas coisas iguais e não coisas diferentes, dado que foi referido que há custos associados (seguros obrigatórios, combustíveis), o que o leva a concluir que esta diferença de preços é uma subsídioção.

O **Sr. Presidente** garantiu que neste contrato não há subsídioção, o que também foi corroborado pela **Administradora da TUMG**, que informou que aquilo que a empresa acresce ao serviço relativamente a outra empresa é a gestão e acompanhamento do serviço, uma vez que a Câmara não dispõe de recursos humanos suficientes para o fazer.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** sugeriu transparência total, e que seja claro tudo aquilo que a Câmara paga e que pagaria a qualquer outra empresa, e tudo aquilo que é subsídioção ou “dar receita” pela via certa. Se são prestados serviços para os quais a Câmara não tem capacidade, que a TUMG seja paga por isso. Sob o ponto de vista técnico é legítimo, cumpre todos os requisitos, tem parecer, mas sob o ponto de vista político não concorda com a forma como se está a fazer.

O **Sr. Presidente** disse que poderia garantir que no próximo ano esta situação não se repetirá, e deixou claro que a TUMG tratou de tudo a tempo e horas.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que entendeu a questão dos preços, que a explicação foi esclarecedora do ponto de vista técnico mas não concorda com ela e colocam-se-lhe as seguintes dúvidas:

- Em relação ao preço da adjudicação, porque não se optou pelo preço mais baixo?
Usamos duas viaturas de 18 lugares quando podíamos usar as de 55 lugares que era mais barato (€ 18.360).
Se tem sido feito pelos valores mais baixos teríamos uma poupança de € 36.809,59 (14%)
- Se a Câmara Municipal enviou um ofício pedindo uma proposta para a realização dos transportes a 26 de dezembro e a TUMG responde a 26 de dezembro, como é que o parecer do ROC é de 22 de dezembro?
- Se era sabido, desde o início do ano letivo, que os transportes são necessários, se tinha sido discutido no orçamento e a TUMG alertou em outubro, porque é que só agora surge o processo de adjudicação?
- Deliberando hoje, dia 30 de dezembro, mesmo que a adjudicação seja feita de imediato, que garantia temos que a TUMG conseguirá prestar o serviço, cumprir o código dos contratos públicos e garantir que daqui a 48 horas, ou seja, no primeiro dia útil do ano, as crianças deste concelho têm transporte para ir para a escola?

Por último apresentou a seguinte sugestão:

Porque é que não se contrata os serviços de transportes escolares por ano letivo, em vez de fazer por ano civil?

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
30/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

O **Sr. Presidente** informou que se a adjudicação do serviço fosse feita a outra empresa, a adjudicação do serviço da Moita teria de ser sempre feita à Rodoviária Nacional, que tem a concessão, e depois a Câmara teria que considerar a aquisição dos passes escolares para o transporte da Rodoviária até à escola.

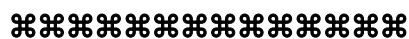
O **Sr. Vereador Carlos Logrado** questionou se legalmente se poderia lançar este concurso por um período mais alargado.

A **Administradora da TUMG** disse que não há impedimento legal, só que teria que ser considerado em orçamento, e não se sabe se traria vantagem à Câmara, e até contraria a sugestão apresentada pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** entende que por 5 anos seria vantajoso porque as empresas poderiam baixar os preços, por isso deixou a seguinte sugestão: aumentar o período de contrato, uma vez que está convencido que vai reduzir custos, e, na medida do possível, a integração dos transportes escolares nos transportes urbanos.

A **Administradora da TUMG** entende que nos transportes urbanos talvez fosse vantajoso, mas nos transportes escolares não lhe parece.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que este assunto foi afluído pela primeira vez nas reuniões preparatórias do orçamento, e há aqui questões de plurianualidades que não poderiam ser tratadas antes da aprovação do orçamento, daí que o assunto não poderia ser tratado em agosto, embora não haja questões que não possam ser melhoradas e alteradas, e os lapsos cometidos poderão servir de exemplo, em termos futuros.



Depois de agradecer a presença da Administradora da TUMG, Dr.ª Fátima Cardoso, e antes de pôr à votação a proposta que se segue, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:10 horas às 11:25 horas.

1112 - Por deliberação desta Câmara Municipal, de 28 de novembro passado, e tendo por base informação da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (DCD), foi a TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal SA, convidada a apresentar proposta para a prestação do serviço identificado em epígrafe.

Constitui atribuição da referida Empresa municipal a prestação de serviços a favor do Município da Marinha Grande, entre outros, em matéria de transportes escolares (alínea c), do artigo 5.º, dos respetivos Estatutos, aprovados pela Assembleia Municipal, em 12 de novembro de 2012).

Neste quadro, a prestação do serviço identificado deve ser assegurada pela TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal SA.

Considerando que as necessidades identificadas pela DCD devem ser satisfeitas de forma a garantir os transportes escolares dos alunos residentes no concelho da Marinha Grande.

A empresa municipal TUMG apresentou uma proposta com o preço total de duzentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e trinta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos.

A proposta apresentada está acompanhada por parecer, emitido pelo Fiscal único da empresa, que foi designado por deliberação da Assembleia Municipal, de 13 de dezembro de 2012, estando em conformidade com as exigências legais.

Tal como demonstrado na anterior deliberação camarária, de 28 de novembro passado, a contratação destes serviços à empresa municipal TUMG é admissível nos termos do artigo 5.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alíneas f) e dd), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e do artigo 5.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, adjudicar a prestação de serviços de transportes escolares e no âmbito de projetos educativos para o ano de 2015, à proposta apresentada pela empresa TUMG EM Unipessoal SA, NIPC 505 849 348, pelo valor total de duzentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e trinta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

Mais delibera aprovar a minuta do contrato a celebrar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal S.A.

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“Ao lermos o documento, suscitaram-nos algumas dúvidas, a saber:

Existem viaturas com lotação mínima de 55 lugares cujo preço é de 178,38, com vigilante, e sem vigilante ao preço de 163,79€ e, ainda, viaturas com 18 lugares, sem vigilante ao preço de 200€ (que são propriedade da TUMG).

Também ao lermos o parecer, emitido pelo Fiscal único da empresa, que foi designado por deliberação da Assembleia Municipal, de 13 de dezembro de 2012, nos pareceu pouco perentório, ao aplicar a palavra “entendemos”, relatando, ainda, que a proposta para a prestação de serviços de transportes escolares e no âmbito de projetos educativos para o ano de 2015, foi apresentado com base em dois pressupostos distintos: O primeiro que

consistiu na apresentação de 4 viaturas de 55 lugares e 2 de 40 lugares no exato montante dos preços de aquisição da TUMG.

Sabemos que as viaturas não têm 40 lugares mas, apenas e tão só, 18 lugares. Quanto a este erro, entendemos, no entanto, tratar-se de uma divergência, não intencional, entre a própria vontade e a declaração proferida pelo Revisor.

De qualquer forma, queria deixar aqui uma pergunta. Se foi ou não cumprido, escrupulosamente, o estatuído pelos artigos 34 e 36º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto?

A estas questões foi respondido que os preços têm em conta a especificação dos percursos percorridos pelos autocarros e tratar-se de um produto “chave na mão”.

Relativamente à descrição feita pelo Revisor, trata-se de facto de um erro. Pretendeu escrever menos de 40 lugares.

Também foi respondido pela Administradora da TUMG, que foi cumprida escrupulosamente o estatuído nos artigos 34 e 36º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto e que os pagamentos são efectuados tendo por referência os serviços efetivamente prestados em cada mês.

Assim, tendo em atenção o descrito pelo Revisor no seu Parecer, o respondido pela Administradora da TUMG e pela necessidade urgente dos Serviços de transporte para os alunos do ensino pré- escolar e básico, já com início no próximo dia 5 de Janeiro, somos levados a votar favoravelmente esta proposta pelas razões suprarreferenciadas.”

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

“Conclui-se pelos documentos apresentados que a Câmara Municipal podia comprar o mesmo serviço ao valor mais baixo, pelo que, sob o ponto de vista técnico, não se toma a melhor decisão, muito embora pareça estarem cumpridas todas as imposições legais para a atribuição deste contrato à TUMG, nomeadamente pelo suporte do parecer do ROC, que tenho sérias dúvidas que não possa ser entendido doutra forma quando avaliado por outras instituições.

O voto favorável é apenas e só porque a natureza do serviço torna imprescindível esta contratação neste momento.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Este processo revela a forma de organização do executivo permanente, ou melhor, a falta dela, designadamente, no caso em apreço, a forma como é presidido o executivo e gerido o pelouro da educação.

Como é possível que seja deixada para o dia 30 de dezembro, obrigando a uma reunião extraordinária, a adjudicação da prestação de transportes escolares para o ano 2015?

Mais... como temos a garantia, à data de hoje, de que a TUMG conseguirá prestar o serviço, cumprir o código dos contratos públicos e garantir que daqui a menos de 48 horas, ou seja, no primeiro dia útil do ano, as crianças deste concelho têm transporte para ir para a escola?

Quando a regra de adjudicação na função pública é o preço mais baixo, decidiu o executivo tomar outra opção, pagando mais € 36.809,59 (14%), do que teria se optasse pelos preços indicados pelo concorrente de preço mais baixo.

Em suma, acho que esta forma de trabalho não é aceitável nos dias de hoje, não revela as atuais preocupações da administração e não reflete competência.”

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
30/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

O Sr. Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:

*"Votei favoravelmente porque parti do princípio que todos os pressupostos legais foram cumpridos.
Os transportes escolares estarão assim garantidos a partir do dia 5 de janeiro de 2015."*

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho proferiu a seguinte declaração de voto:

*"As razões que levaram à adjudicação à TUMG do serviço dos transportes escolares nesta data, resultam claras no processo que está ao dispor dos Senhores Vereadores, para consulta.
Votei favoravelmente assim garantindo que no dia 5 de janeiro este serviço essencial à comunidade escolar esteja efetivamente assegurado."*

O Sr. Vereador Vítor Pereira subscreveu a declaração de voto da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

1113 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 11:45 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião